



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**SANDRA ELIZA TAVARES DE SOUZA**

**A PRÉ-ESCOLA NO ESPAÇO DO ENSINO FUNDAMENTAL:  
PERSPECTIVAS DE DOCENTES**

**CAMPINA GRANDE – PB  
2019**

**SANDRA ELIZA TAVARES DE SOUZA**

**A PRÉ-ESCOLA NO ESPAÇO DO ENSINO FUNDAMENTAL:  
PERSPECTIVAS DE DOCENTES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

**Orientadora:** Professora Dra. Glória Maria Leitão de Souza Melo

**CAMPINA GRANDE – PB  
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S729p Souza, Sandra Eliza Tavares de.  
A pré-escola no espaço do ensino fundamental  
[manuscrito] : perspectivas de docentes / Sandra Eliza Tavares  
de Souza. - 2019.  
25 p.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em  
Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de  
Educação, 2019.  
"Orientação : Profa. Dra. Glória Maria Leitão de Souza  
Melo, Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."  
1. Ensino fundamental. 2. Pré-escola. 3. Espaço físico  
escolar. 4. Perspectiva docente. I. Título  
21. ed. CDD 372

**SANDRA ELIZA TAVARES DE SOUZA**

**A PRÉ-ESCOLA NO ESPAÇO DO ENSINO FUNDAMENTAL:  
PERSPECTIVAS DE DOCENTES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em 17 de junho de 2019.

**BANCA EXAMINADORA**

*Glória Maria Leitão de Souza Melo*

Professora Dra. Glória Maria Leitão de Souza Melo (orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Soraya Maria Barros de Almeida Brandão*

Professora Dra. Soraya Maria Barros de Almeida Brandão  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Lenilda Cordeiro de Macedo*

Professora. Dra. Lenilda Cordeiro de Macedo  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

**CAMPINA GRANDE – PB**

**2019**

Dedico este trabalho primeiramente a Deus,  
por proporcionar-me essa conquista.

A meus pais, irmãs, esposo e ao meu filho, que  
sempre me apoiaram e foram a base para  
seguir em frente.

*“Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.*

(PAULO FREIRE)

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>08</b>
<b>2. BREVE PERCURSO PELA LEGISLAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL.....</b>	<b>09</b>
2.1 A institucionalização da Educação Infantil pública como dever do Estado.....	11
2.2 Atendimento à Pré-Escola a partir de Diretrizes Legais e Documentos oficiais para a Educação Infantil .....	12
<b>3. O ESPAÇO FÍSICO E AS CONDIÇÕES PARA UMA AÇÃO PEDAGÓGICA QUE RESPEITE OS DIREITOS DA CRIANÇA DA PRÉ- ESCOLA .....</b>	<b>14</b>
<b>4. PERSPECTIVAS DE DOCENTES SOBRE A PRÉ-ESCOLA EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO FUNDAMENTAL: OS DADOS DA NOSSA INVESTIGAÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>21</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>22</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>24</b>

## **A PRÉ-ESCOLA NO ESPAÇO DO ENSINO FUNDAMENTAL: PERSPECTIVAS DE DOCENTES**

Sandra Eliza Tavares de Souza

### **RESUMO**

O presente estudo tem como objetivo principal analisar o espaço para a pré-escola em instituições de Ensino Fundamental, a partir da perspectiva de docentes que atuam neste nível da Educação Infantil. Instituições públicas de Ensino Fundamental, localizadas na cidade de Queimadas – PB, foram tomadas como campo de investigação. Os fins deste estudo nos encaminham para a caracterização de uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo exploratória. A pesquisa envolveu, inicialmente, quatro instituições públicas desta cidade, as quais atendem da Educação Infantil ao Ensino Fundamental. No decorrer do processo de investigação, percebemos que a oferta da Educação Infantil, em duas dessas escolas, ocorria em espaço físico anexado, onde as crianças da pré-escola não tinham acesso ao ambiente do Ensino Fundamental. Os sujeitos envolvidos neste estudo foram apenas quatro professoras do quadro efetivo, das duas escolas onde os espaços eram comuns para a Educação Infantil e Ensino Fundamental. Para coleta de dados foi aplicado um questionário, previamente elaborado pela pesquisadora, a essas educadoras. O período de coleta de dados ocorreu durante os meses de abril e maio do corrente ano. O referencial teórico-metodológico foi integrado por documentos oficiais como Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2006), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010), e por estudos de Zabalza (1998), dentre outros. Os dados evidenciam que o espaço físico escolar deve contribuir para o desenvolvimento e aprendizagem da criança, e é possível o atendimento à Educação Infantil, no espaço do Ensino Fundamental, desde que a estrutura do ambiente seja favorável para atender às principais necessidades da criança, possibilitando o desenvolvimento de suas habilidades. Concluímos que a organização do espaço escolar para a pré-escola é primordial para o desenvolvimento e aprendizagem da criança, e este espaço deve favorecer o seu direito de viver a infância, respeitando-se sua condição de criança, independente se esse nível da Educação Infantil é ofertada em instituição que também oferece Ensino Fundamental.

**Palavras-chave:** Pré-escola. Espaço físico e pedagógico. Ensino Fundamental. Perspectivas docentes.



## **THE PRE-SCHOOL IN THE SPACE OF FUNDAMENTAL TEACHING: PERSPECTIVES OF TEACHERS.**

Sandra Eliza Tavares de Souza

### **ABSTRACT**

The present study has as main objective, to analyze the space for the preschool, in Institutions of Elementary Education, from the perspective of teachers who work in this level of Preschool Education. Public Institutions of Elementary School, located in the city of Queimadas - PB, were taken as a research field. The purpose of this study led us to the characterization of a research of qualitative nature, of the exploratory type. The research initially involved four public institutions in this city, which attends of the Preschool Education to Elementary School. In the course of the investigation process, we noticed that the provision of Preschool Education in two of these schools occurred in attached physical space, where preschool children did not have access to the Elementary School environment. The subjects involved in this study were only four permanent employees teachers, from the two schools where spaces were common for Preschool Education and Elementary Education. For data collection, a questionnaire, previously prepared by the researcher, and these teachers. The period of data collection took place during the months of April and May of the current year. The theoretical-methodological framework was integrated by official documents such as (BRASIL, 2006), (BRASIL, 2010), and by studies by Zabalza (1998), among others. The data show that the school's physical space should contribute to the development and learning of the child, and that it is possible to attend the Preschool Education in the area of Elementary Education, since the structure of the environment is favorable to attend the child's main needs, enabling the development of their skills. We conclude that the organization of the school space, for preschool, is essential for the development and learning of the child, and that this space should favor their right to live their childhood, respecting their condition as a child, regardless of whether that level of Infant Education is offered in an institution that also offers Elementary School.

**Keywords:** Preschool; Physical and Pedagogical Space; Elementary School; Teacher Perspectives.

## 1. INTRODUÇÃO

O espaço escolar caracteriza-se como um componente essencial para o desenvolvimento infantil, por isso é preciso pensar sobre o atendimento de crianças em idade pré-escolar, em instituições de Ensino Fundamental, uma vez que, nesse atendimento, deve ocorrer uma boa relação entre o espaço físico, atividades pedagógicas e a interação dos sujeitos, assim como avaliar a qualidade desse atendimento, nos mesmos espaços em que se oferece um nível de ensino, considerando que a pré-escola, apesar de oferta obrigatória em nosso País, tem especificidades educacionais que diferem do modelo escolar, vivenciado no Ensino Fundamental, por exemplo.

Falar sobre o ambiente escolar significa dizer que o mesmo deve ser local propício para o desenvolvimento de ações pedagógicas, como também um suporte fundamental para que a criança possa ampliar suas potencialidades. O campo educacional, que integra a Educação Infantil, deve proporcionar, à criança, autonomia, interações e relações com as pessoas que delas cuidam e educam, mas também, que este ambiente seja um lugar acolhedor, prazeroso e que permita a criança brincar, criar e recriar brincadeiras, num espaço que lhe conceda liberdade.

Em decorrência de experiências da pesquisadora, na condição de docente no “Programa Mais Educação”, numa instituição escolar da zona rural, bem como na condição de professora de uma turma de pré-escola, no município de Queimadas – PB, surgem inquietações que culminaram no desenvolvimento do presente estudo. Foi possível observar, durante esta experiência, descontentamentos de gestores e docentes acerca das condições do espaço físico oferecido às crianças da pré-escola, bem como pelas próprias crianças, principalmente em relação ao tempo destinado para o brincar espontâneo.

Assim, tentaremos responder às seguintes indagações: O que pensam professores que atuam na Pré-Escola sobre a oferta deste nível da Educação Infantil nos mesmos espaços e tempos de funcionamento do Ensino Fundamental? Há nestes espaços inadequações físicas e pedagógicas para o trabalho com as crianças? Eles atendem às necessidades das crianças e às especificidades da Pré-Escola?

A partir dessa problemática, e na tentativa de responder a essas indagações, definimos como objetivo principal deste estudo analisar o espaço físico e o fazer pedagógico de pré-escolas oferecidas em instituições de Ensino Fundamental, a partir da perspectiva de docentes que atuam neste nível da Educação Infantil. Quanto aos objetivos específicos definimos: identificar a opinião de professores da pré-escola acerca do funcionamento deste nível da Educação Infantil em instituições de Ensino Fundamental; identificar as principais necessidades dos profissionais docentes para a consolidação de suas ações pedagógicas; verificar se o espaço escolar, onde está inserida a pré-escola, contribui para o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças.

O objeto de análise para o fenômeno estudado foram questionários respondidos por professoras que atuam na pré-escola na rede pública de ensino, no município de Queimadas – PB. Para a efetivação deste estudo procurou-se fazer um levantamento bibliográfico sobre os espaços de qualidade para a Educação Infantil, analisando documentos divulgados pelo Ministério da Educação, e informações na literatura corrente sobre o processo de institucionalização para a Educação Infantil, bem como as políticas públicas concernentes a este nível da educação.

A pesquisa define-se por sua natureza qualitativa, do tipo exploratória. Para o andamento da pesquisa optou-se por um estudo qualitativo, em que o pesquisador busca compreender os fenômenos, conforme o ponto de vista dos membros envolvidos no cenário estudado e a partir daí situe sua compreensão dos estudos (NEVES, 1996). E, a pesquisa exploratória que de acordo com Gil (2010, p.27) “tem como propósito proporcionar maior

familiaridade com o problema, com vistas a torná-los mais explícitos ou a construir hipóteses”.

O campo de investigação constituiu-se de escolas da rede pública, localizadas na zona urbana do município de Queimadas – PB. A pesquisa envolveu, inicialmente, quatro instituições públicas desta cidade, que atendem da Educação Infantil ao Ensino Fundamental. Porém, no decorrer do processo de investigação, percebemos que a oferta da Educação Infantil, em duas dessas escolas, ocorria em espaço físico anexado, onde as crianças da pré-escola não tinham acesso ao ambiente do Ensino Fundamental. Sendo assim, os sujeitos envolvidos neste estudo foram apenas quatro professoras do quadro efetivo, das duas escolas onde os espaços eram comuns para a Educação Infantil e Ensino Fundamental. A estas educadoras foram entregues os questionários como instrumento de coleta de dados, as quais se prontificaram a responder seis questões subjetivas.

Conforme Andrade (2007, p.136) o questionário, como instrumento de coleta de dados “é um conjunto de perguntas que o informante responde, sem necessidade da presença do pesquisador”. Os questionários foram entregues durante o mês de maio do corrente ano. Duas das professoras entrevistadas pediram para não ter seus nomes revelados. Por isso, para preservar o nome delas e das instituições envolvidas, utilizamos códigos. Desta forma escolas e educadoras estão identificadas com os seguintes códigos: Escolas (E1, E2), Professoras (P1, P2, P3, P4).

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma: No item 2, apresentamos uma abordagem sobre a oferta da pré-escola, na perspectiva de legislações de ensino, a Lei Nº 4.024/61, Lei Nº 5.692/71 e a atual LDB, Lei Nº 9.394/96, na qual se evidencia a oferta efetiva da Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica, bem como o processo de institucionalização desta etapa, analisa sobre a perspectiva da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e Adolescente de 1990. Procuramos apresentar e discutir políticas públicas voltadas para a qualidade do atendimento à pré-escola, inclusa nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), na Base Nacional Comum Curricular (2017), nos Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para as Instituições de Educação Infantil (2006) e nos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006)– documentos que fundamentam a importância dos espaços físicos para o desenvolvimento infantil.

No item 3 discutimos sobre o espaço físico e as condições para uma ação que respeite a criança como sujeito de direito ao desenvolvimento e aprendizagem a partir de estudos referente ao tema. E, finalmente, no último item, evidenciamos e analisamos os resultados obtidos com a pesquisa. Para a análise e interpretação dos dados utilizamos a Constituição Federal de 1988, a LDB/96 e o ECA, dentre outros, os quais serviram de embasamento para evidenciar o direito da criança, em idade pré-escolar, de permanecer em um ambiente próprio à sua faixa etária.

## **2. BREVE PERCURSO PELA LEGISLAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL**

A educação das crianças pequenas, conhecida atualmente como Educação Infantil, por um longo período tem sido alvo de grandes discussões. Desta forma, é fundamental refletir sobre as primeiras legislações criadas para regulamentar o sistema de educação no Brasil e como estas tratavam a educação voltada para grupos etários. A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que representou um avanço para o sistema educacional, mencionava uma educação pré-primária e

expressava uma proposta de atendimento para crianças menores até sete anos, visto como uma educação independente e externa a educação formal.

Segundo a LDBN (BRASIL, 1961, p.5), sobre a educação pré-primária no seu artigo 23 ela garante que “A educação pré-primária destina-se aos menores até sete anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins-de-infância”. Bem como no seu artigo 24, (BRASIL, 1961, p.5) afirma: “As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de até sete anos serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária”. Pode-se afirmar sobre a LDBN de 1961, que ela estimula as empresas junto com as mães que tenham crianças menores de sete anos a organizar e manter com o apoio do Poder Público um lugar que promova uma educação sem compromisso com a criança, um ensino superficial que não apresenta um processo de educação efetiva, aos modos como hoje se apresenta a educação para as crianças pequenas. Trata-se de um modelo escolar de educação por iniciativa das empresas.

Portanto, nesta lei não seria responsabilidade do Poder Público garantir e ofertar a educação das crianças, como também não se tinha uma preocupação do Estado tornar as mesmas partes integrantes da sociedade. A Lei Nº 5.692/1971(BRASIL, 1971, p.1) sobre a educação, dispunha em seu artigo 1º, “O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas habilidades como elemento de auto-realização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania”. Neste sentido, a educação priorizava um ensino tecnicista direcionado para atender às necessidades das indústrias, preocupando com o aperfeiçoamento de técnicas, e a valorização do ensino relacionada para a preparação do indivíduo para atender às determinações do mercado de trabalho. Conforme Didonet *apud* Kramer (1995, p. 93):

[...]Lei nº 5.692 não contribuiu para o desenvolvimento da educação pré-escola, e mostra que diversos técnicos consideram-na como um retrocesso. Esse mesmo educador aponta, ainda, que há aberturas pelo fato de não existirem definições e delimitações rígidas, e analisa como as possíveis aberturas podem ser exploradas, enfatizando, porém, a necessidade de se elaborar legislações específicas para a educação pré-escolar.

Desta maneira, na vigência da Lei nº 5.692/1971, a educação pré-escolar não aparece como uma preocupação de pauta para a legislação, como também é considerada um atraso para o ensino das crianças menores. As décadas de 1970 e 80 foram marcadas pela demanda de mulheres no mercado de trabalho, devido ao contexto econômico e político. Com isso, foram necessárias lutas e reivindicações por creches e pré-escolas para as crianças pequenas. Esses movimentos deram-se pelas mudanças ocorridas pelo papel feminino numa sociedade moderna, resultado das renovações nos arranjos familiares envolvendo o cuidado, ensino e acolhimento aos filhos (CAMPOS, 2006).

A luta por soberania popular tem garantido a permanência das crianças pequenas em creches e pré-escolas, como também o ensino gratuito, e tem como suporte básico a Constituição Federal de 1988, assim como afirma Oliveira (2011, p. 115):

Lutas pela democratização da escola pública, somadas a pressões de movimentos feministas e de movimentos sociais de lutas por creches, possibilitaram a conquista, na Constituição de 1988, do reconhecimento da educação em creches e pré-escolas como um direito da criança e um dever do Estado a ser cumprido nos sistemas de ensino.

Esse contexto implica dizer que as instituições responsáveis por atender às crianças pequenas foram materializadas com o objetivo de acolher os filhos das mães que trabalhavam fora de casa, pois essas mulheres que reivindicavam creches e pré-escolas para os filhos procediam de classe popular. Esses movimentos sociais das mulheres colaboraram para o estabelecimento de metas capazes de ampliar os ambientes escolares, voltados para cuidar e educar crianças pequenas, como também para a valorização dos seus direitos.

Coube ao Poder Público assumir a responsabilidade e garantia desses direitos. Desta maneira, cabe ressaltar que a educação para meninos e meninas com idade de zero a seis anos está devidamente certificada pela lei e passa a ser o Estado responsável por garantir e oferecer uma educação pública e de qualidade para as crianças brasileiras. A Constituição Federal de 1988 é um verdadeiro marco e conquista para a Educação Infantil no país, a qual hoje inspira e orienta modificações em documentos contemplativos da educação para crianças até de cinco anos de idade.

## **2.1 A institucionalização da Educação Infantil pública como dever do Estado**

O direito à educação é um direito primordial do ser humano, desde a sua infância, para este poder ampliar suas habilidades no meio social no qual está inserido. Por isso cabe evidenciar as leis fundamentais da educação institucional para a criança em idade pré-escolar. A Educação Infantil foi instituída a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, como direito da criança e dever do Estado em oferecer. O artigo 208 e inciso IV desta lei assegura que este nível da educação seja oferecido em creches e pré-escolas para crianças de até cinco anos de idade (BRASIL, 1988).

Em consonância com nossa Lei Magna, em 1990 foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O artigo 54 e inciso IV deste Estatuto prevê, assim como a Constituição Federal, o atendimento da Educação Infantil em creches e pré-escolas de crianças com idade de zero a seis anos (BRASIL, 1990). Com a promulgação do ECA reforça-se o direito da criança a ter uma educação que a possibilite alcançar méritos educacionais.

Esses acontecimentos predeterminaram o ambiente para a aprovação da LDBN, Lei Nº 9.394/1996, que designa a Educação Infantil como etapa inicial da educação básica, tornando um grande marco e conquista para a história da educação de crianças menores de seis anos, como também amplia a definição de educação ligada a uma expectativa que favoreça e valoriza a criança como um sujeito de autonomia (OLIVEIRA, 2011).

Por um longo período as creches e pré-escolas foram alvo de debates e discursos sobre sua realidade. Durante todo século XX, órgãos tornaram-se responsáveis pela valorização das crianças no Brasil e pelo seu atendimento, uma junção do Setor Público e Privado. Para Kramer (1995, p.62), “Diversos órgãos oficiais voltados à assistência infantil foram criados, numa espécie de movimentos burocráticos e administrativa”.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional–LDBN (BRASIL,1996),em seu artigo 29, a Educação Infantil constitui a primeira etapa da educação básica e tem como meta o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos, contemplando os aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, respectivamente. Nesse sentido, a LDBN assegura a Educação Infantil, etapa básica da educação, dentro do mesmo patamar de relevância do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Esse recorte legal também revela que uma das principais metas das instituições escolares para a Educação Infantil é o cumprimento dos direitos da criança, oferecendo a esta oportunidades para seu desenvolvimento integral, sendo necessária a consideração às suas especificidades, e ao papel da família no processo educacional junto a essas instituições.

Ainda segundo a LDBN (BRASIL, 1996, p. 22), no artigo 30, “a educação infantil será ofertada: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas, para as crianças de quatro a cinco anos de idade”. Evidencia-se com isso o direito da criança de estar matriculada num ambiente propício a sua idade, em instituições com espaços e práticas pedagógicas apropriadas para atender suas necessidades, e adequadas para recebê-la e propor uma educação de qualidade. Ou seja, o ideal seria que as instituições de Educação Infantil estivessem prontas para acomodar e acolher as crianças, conforme suas necessidades etárias e de desenvolvimento, e não fazerem as mesmas se adaptarem a qualquer espaço a elas oferecido.

Legalmente, a educação gratuita, direcionada para as crianças pequenas em creches e pré-escolas, se torna um acontecimento concreto que mobiliza órgãos governamentais e a sociedade para manter a efetivação da sua oferta, com qualidade. Dessa forma, cabe salientar que a criança, no âmbito escolar/institucional, deve ser reconhecida como sujeito autônomo, com capacidade de se desenvolver e de aprender, pois é assim que nossas Leis a reconhecem.

## **2.2 Atendimento à Pré-Escola a partir de Diretrizes Legais e Documentos oficiais para a Educação Infantil**

Vários documentos foram elaborados para garantir o atendimento à criança da Educação Infantil e favorecer a qualidade da educação. Conforme Santana (2011, p. 13) “Após a entrada da LDB 9.394/96 em vigor, planos, referências, diretrizes curriculares, e demais documentos tem sido elaborados pelo MEC abordando a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica e sua relevância no processo educativo das crianças”. Desta forma, evidencia-se a importância desses documentos para o desenvolvimento de atividades delineadas para qualificar o atendimento à Educação Infantil e orientar metas que fortaleçam o desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

É dever do Poder Público, tanto na esfera Federal, Estadual e Municipal, assegurar o cuidado e a educação das crianças de zero até seis anos de idade e a promoção da qualidade nas escolas que acomodam a Educação Infantil, no campo nacional (BRASIL, 2006). A criança deve ser vista como cidadã de direitos, bem como indivíduo atuante na sociedade, por isso, a ela deve-se garantir assim como está prescrito nos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil o direito:

[...] À dignidade e ao respeito; autonomia e participação; à felicidade, ao prazer e à alegria; à individualidade, ao tempo livre e ao convívio social; à diferença e à semelhança; à igualdade de oportunidades; ao conhecimento e à educação; a profissionais com formação específica; a espaços, tempos e materiais específicos (BRASIL, 2006, p. 19).

Nota-se que este documento afirma o direito às crianças de permanecerem num ambiente que lhe proporcione múltiplas experiências, desenvolvimento intelectual, proteção, segurança, reconhecimento social e o convívio com outras crianças e adultos. Sendo importante destacar que a criança é a principal protagonista da Educação Infantil o reconhecimento dela como sujeito participativo desse processo.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil–DCNEI (BRASIL, 2010), a proposta pedagógica para as instituições de Educação Infantil é que seja ofertado às crianças o direito de permanecer em um ambiente capaz de cumprir sua função

política, social e pedagógica, como também disponibilizar condições e recursos para as crianças poderem desfrutar dos seus direitos civis, humanos e sociais.

Verifica-se a relevância de planejar propostas pedagógicas para as escolas com Educação Infantil e enfatizar a promoção do desenvolvimento da criança e a garantia de sua aprendizagem, pois é direito de todos, ao completarem quatro anos de idade possam estar inseridas em instituições que garantam a efetivação de propostas pedagógicas, que respeitem seu direito de ser criança, em espaços adequados, sem, no entanto, antecipar sua entrada ou seu processo de escolarização.

Atualmente temos avanços na área da Educação Infantil, que vem se tornando um campo fortalecido, que ver a criança como um sujeito ativo no processo de aprendizagem, mas também apresenta desafios e problemas que ainda devem ser superados, para uma melhor qualidade do trabalho voltado para as crianças. Neste caso, o maior desafio é mudar os dados dos últimos censos, que revelam o crescimento de instituições que não contam com as condições mínimas de funcionamento, asseguradas na Legislação para as crianças de zero a seis anos de idade (BRASIL, 2006)

A estrutura física do ambiente escolar é parte fundamental para o desenvolvimento da criança, devendo estar adequada às normas indicadas pelos documentos oficiais que regem a Educação Infantil no Brasil. Desta forma, os Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil (2006, p.21) sobre a edificação e as reformas das unidades que comportam crianças deste nível de educação devem propor espaços capazes de buscar “a adequação dos ambientes internos e externos (arranjos espacial, volumetria, materiais, cores texturas) com as práticas pedagógicas, a cultura, o desenvolvimento infantil e a acessibilidade universal, envolvendo o conceito de ambientes inclusivo”.

Isto quer dizer que a criança deve ser reconhecida como principal sujeito usuário desses espaços, e que o ambiente escolar possua áreas amplas que as possibilitem atuarem e ter percepção de mundo seja ele criado ou imaginado por elas. Lugares que proporcionem e estimulem sua capacidade de brincar, criar, recriar, sonhar e despertar sua curiosidade e competências. Espaços físicos que correspondam às necessidades da criança e inclua elementos que enriqueçam o desenvolvimento e a aprendizagem das mesmas, conforme preconiza a atual BNCC.

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017) para a Educação Infantil norteia eixos que estrutura as práticas pedagógicas e garantem, para esse nível de educação, condições para que as crianças aprendam em situações nas quais consigam realizar um papel ativo em espaços que as convidem a experimentar desafios e a sentirem-se estimuladas a solucioná-los, nas quais possam criar significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.

Verifica-se, desta forma, que o grande desafio para cumprir as metas abordadas pela BNCC, para a Educação Infantil é certificar realmente se os espaços físicos de cada instituição escolar possibilitam à criança ser estimulada e se o ambiente tem condições para que as mesmas possam explorá-lo, como também verificar se os espaços oferecidos a criança permite a realização de atividades que promovam seu desenvolvimento e aprendizagem e favoreça suas interações com o outro, com a cultura e com o mundo.

De acordo com os Parâmetros Básicos de Infra-Estrutura para as Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006, p.27) “a criança deve cada vez mais apropriar-se do ambiente. As áreas de brincadeira deverão oferecer segurança, sem serem limitadoras das possibilidades de exploração do universo infantil”. Desta maneira, deve-se evidenciar a importância dos espaços de recreação nas instituições, pois esses ambientes são capazes de proporcionar às crianças a vivência e a interação com outras crianças, o desenvolvimento através do lúdico, como também compreender o mundo a qual ela está inserida.

Outro fator primordial para o desenvolvimento da criança em um ambiente concedido a elas é a adequação do material pedagógico, mobiliário, dos equipamentos, variedade dos brinquedos infantis e da própria organização espacial, que certamente irá permitir às crianças sua emancipação. Segundo os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, sobre os espaços, materiais e equipamentos das instituições de Educação Infantil, destacam-se que eles devem ser planejados para:

[...] Atender às necessidades de saúde, alimentação, proteção, descanso, interação, conforto, higiene e aconchego das crianças matriculadas; Propiciam as interações entre crianças e adultos; Instigam, provocam, desafiam a curiosidade, a imaginação e a aprendizagem das crianças; São disponibilizados para o uso ativo e cotidiano das crianças (BRASIL, 2006, p. 42).

Percebe-se, desta forma, a relevância da construção de ambientes capazes de colaborar com o desempenho infantil, como também auxiliar na prática pedagógica e na formação do cidadão. Considerar esses espaços favoráveis ao desenvolvimento e aprendizagem e que os mesmos devem estar preparados para atender às necessidades de cada criança, possibilitar a segurança, comunicação de todos os envolvidos no campo educacional e a familiaridade do cenário com o qual ela está envolvida.

### **3. O ESPAÇO FÍSICO E AS CONDIÇÕES PARA UMA AÇÃO PEDAGÓGICA QUE RESPEITE OS DIREITOS DA CRIANÇA DA PRÉ- ESCOLA**

Um dos aspectos que contribui para o desenvolvimento da criança e atuação do professor é a arquitetura da instituição de ensino, a forma de organização do espaço, os materiais pedagógicos e mobiliários existentes no ambiente escolar principalmente nas instituições da pré-escola. Moura (2009, p.141) ressalta que “o espaço é vida e desafio tanto para o professor quanto para as crianças. Estudá-lo, busca conhecer seu papel no contexto da educação infantil, é uma necessidade iminente”.

Ademais, é fundamental ter espaços físicos colaboradores e facilitadores do aprender e desenvolver das crianças, ambientes capazes de permitir que elas usufruam de forma satisfatória do tempo e espaço, respeitando a identidade pessoal e coletiva de cada uma, pois a estrutura da escola é o campo preciso para a manifestação das diversas formas de fortalecer o prisma da educação e ação pedagógica. Desta maneira, o espaço escolar é um componente primordial para o desenvolvimento da criança. Assim, Zabalza (*apud* Zamberlan, Basani, Araldi, 2007, p.247) afirma:

O espaço na educação é constituído como uma estrutura de oportunidades, é uma condição externa que favorecerá ou dificultará o processo de crescimento pessoal e o desenvolvimento das atividades instrutivas. Será estimulante ou, pelo contrário, limitante, em função do nível de congruência em relação aos objetivos e dinâmica geral das atividades que forem colocadas em prática ou em relação aos métodos educacionais, que caracterizam o estilo de trabalho. O ambiente de aula, enquanto contexto de aprendizagem, constitui uma rede de estruturas espaciais, de linguagens, de instrumentos e, finalmente, de possibilidades ou limitações para o desenvolvimento das atividades formadoras.

Assim sendo, é importante enfatizar que a falta de estrutura na esfera escolar pode afetar no processo de desenvolvimento da criança, como também limitar o seu desempenho,



sua autonomia, seu processo de socialização, e assim, reduzir sua capacidade de aprendizagem. Outro ponto relevante é o espaço da sala de aula (ou sala de atividades) que deve ser um lugar onde a criança possa ter contato com uma variedade de informações, motivações, experiências e tenha oportunidade para desenvolver seus conhecimentos, como também explorar sua criatividade e imaginação.

As salas para as crianças, principalmente na faixa etária de quatro e cinco anos, devem estar preparadas de modo que favoreça a orientação das mesmas sobre a rotina escolar, como também possibilite que elas construam sua autonomia, que seja um lugar amplo, acolhedor e que contribua para o desenvolvimento das crianças. Nesta idade, elas conseguem realizar atividade individual e em grupos, o campo de concentração nos múltiplos exercícios torna-se melhor, por isso é necessário que esse ambiente esteja adequado para proporcionar a leitura, escrita e brincadeiras e que a criança consiga ter acesso aos objetos existentes na sala (ZAMBERLAN, BASANI, ARALDI, 2007).

Para que a qualidade na Educação Infantil se torne concreta é preciso a organização do espaço escolar, que permita à criança tempo para realizar atividades construtivas. Para tanto, a estrutura do espaço físico, tanto externa como interna, é importante, pois contribui para o processo sócio-educativo da criança da pré-escola. Confirma Oliveira (2011, p.195), “Preparar um cenário para a emergência de interações promotoras do desenvolvimento subordina-se à necessidade de que o arranjo das condições de aprendizagem articule adequadamente conteúdos, atividades, horários, espaços, objetos e parceiros disponíveis”.

A qualidade das escolas favorece o desempenho de todos os envolvidos, por isso é essencial acrescentar a ação institucional em um processo de aprimoramento da própria instituição e dos serviços que a mesma disponibiliza (MATHIAS; PAULA, 2009). Outro aspecto fundamental para o desenvolvimento infantil está relacionado ao tempo que as crianças têm para realizar as atividades propostas no dia a dia.

O diálogo e a escuta cotidiana dos familiares, o respeito e o reconhecimento das diversas formas de organização, como também a locomoção e a ação vasta das crianças nos espaços internos e externos às salas principais da escola, entre outros (BRASIL, 2010). A organização do tempo e espaço deve estar sempre interligada com o objetivo de aprimorar o conhecimento da criança, como também afirmar que um depende do outro para ser efetivado o desenvolvimento infantil. Conforme, Zabalza (1998, p. 234):

[...]O tempo das diferentes atividades está necessariamente ligado ao espaço onde se realiza cada uma delas. O tempo de brincar nos cantos, o tempo de comunicar-se com os outros na assembléia, o tempo de contar histórias, o tempo do lanche, o tempo do recreio, o tempo de trabalho individual ou em pequenos grupos, etc. Ou, também, o tempo da atividade livre e autônoma e o tempo da atividade planejada e/ou dirigida. De qualquer forma, devemos ter em mente que a organização do espaço precisa ser coerente com a nossa organização do tempo e vice-versa.

Desta forma, certifica-se a importância do arranjo que envolve o tempo e espaço no ambiente preparado para receber crianças da Educação Infantil. O planejamento do conjunto possibilita o desempenho da equipe envolvida no processo de aprendizagem dos pequenos. Neste caso, é possível afirmar que qualquer atividade realizada com o propósito de envolver a criança deve-se observar se o espaço e o tempo são convenientes para a realização das mesmas.

Uma das grandes metas para melhorar a educação voltada para criança é propor para ela um lugar apropriado para atender suas necessidades, adequado para sua faixa etária. Um ambiente de caráter convidativo, acolhedor e prazeroso, isto é, um espaço onde ela consiga brincar, criar e recriar brincadeiras, sentir-se estimulada e independente. Um campo elaborado

para recepcioná-lo e adaptado para que a mesma possa desenvolver suas capacidades, com equipamentos adequados, brinquedos, mobiliários, instrumentos sonoros e visuais e professores capazes de valorizar e preparar o ambiente para as crianças conseguirem compreender de forma ativa a importância da socialização com outras crianças e com adultos. Neste sentido, Oliveira (2011, p. 197) aborda que:

[...]O ambiente das creches e pré-escolas pode ser considerado como um campo de vivências e explorações, zona de múltiplos recursos e possibilidades para a criança reconhecer objetos, experiências, significados de palavras e expressões, além de ampliar o mundo de sensações e percepções. Funciona esse ambiente como recurso de desenvolvimento, e, para isso, ele deve ser planejado pelo educador, parceiro privilegiado de que a criança dispõe.

Pode-se dizer que, além de um ambiente apropriado para a realização de atividades promotoras de um conjunto de conhecimento para a criança, o professor é um aliado inquestionável para a prática do desenvolvimento infantil, como também criador de oportunidades para novas experiências. É fundamental as instituições escolares terem uma estrutura propícia, favorável ao crescimento pessoal e coletivo das crianças. Estejam elas inseridas em qualquer nível social, econômico ou religioso, conforme está disposto nos Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil (BRASIL, 2006, p.15):

Crianças expostas a uma gama ampliada de possibilidades interativas têm seu universo pessoal de significados ampliado, desde que se encontrem em contextos coletivos de qualidade. Essa afirmativa é considerada válida para todas as crianças, independentemente de sua origem social, pertinência étnico-racial, credo político ou religioso, desde que nasçam.

Portanto, é fundamental que o trabalho com a Educação Infantil (pré-escolar) deva partir do campo de conhecimento da criança enquanto sujeito que vivencia experiências considerando o tempo cronológico, espaço físico e mais tempo/espaço de oportunidades da criança. Associar uma concepção de criança à qualidade dos serviços educacionais a ela ofertado.

No entanto, o direito dessas crianças pode ser retirado, a partir do momento no qual as mesmas são colocadas na escola de Ensino Fundamental, onde os espaços são “arranjados” (destaque nosso) para seu desenvolvimento. Nota-se que, na realidade, crianças estão sendo enclausuradas dentro de salas de aula, subordinadas, muitas vezes, à realização de atividades, apenas dentro do espaço dessas salas de aula, e características de um modelo de escola regular. Enfim, crianças na idade pré-escolar, inseridas no ambiente do Ensino Fundamental ficam de certa forma, carentes do brincar, criar, de aprender de forma lúdica, e de desenvolver-se harmoniosamente nos aspectos: cognitivo, afetivo, psicomotor, linguístico e social.

#### **4. PERSPECTIVAS DE DOCENTES SOBRE A PRÉ-ESCOLA EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO FUNDAMENTAL: OS DADOS DA NOSSA INVESTIGAÇÃO**

Segundo os dados levantados na Secretaria de Educação de Queimadas – PB sobre as instituições que atende a Educação Infantil no município, soma-se um total de trinta e uma voltadas para esse nível de educação, distribuída na zona rural e urbana, sendo a maioria delas atendida em escolas do Ensino Fundamental. Neste caso, a pesquisa se deu nas duas escolas

da zona urbana, com quatro professoras que se dispuseram a responder um questionário. Trata-se de questões que visam a reflexão acerca dos espaços físicos e pedagógicos, disponibilizados para a pré-escola, atendida em um ambiente, que também funciona o Ensino Fundamental.

As seis perguntas abordavam sobre o principal objetivo da Educação Infantil e acerca da influência dos espaços físicos e pedagógicos, de creches e pré-escolas, na qualidade dos processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança; a necessidade de espaços físicos apropriados para o atendimento às especificidades da criança de até cinco anos de idade; sobre a crescente oferta da pré-escola; possíveis dificuldades que possam impedir o bom andamento da prática pedagógica e dos processos de desenvolvimento e aprendizagem, quando do funcionamento da pré-escola em instituição de Ensino Fundamental; e, por fim, acerca de sugestões para a superação dessas dificuldades. Na primeira questão, a respeito do principal objetivo da Educação Infantil, as docentes responderam:

O objetivo principal é desenvolver indivíduos de forma integral em seus aspectos cognitivos, afetivos e físicos (E1/P1).

Desenvolver a oralidade e a coordenação motora global (E1/P2).

O principal objetivo da Ed. Infantil é a formação da criança na sua totalidade (cognitivo, físico e socioemocional) (E2/P3).

É o desenvolvimento integral das crianças, nos aspectos cognitivo, físico e socioemocional (E2/P4).

Quanto as respostas apresentadas pelas educadoras, pode-se dizer que a Educação Infantil tem como perspectiva a formação da criança nos diferentes aspectos: cognitivo, físico, afetivo e social. Nessa direção, o artigo 29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996, p.22) reza que: “A educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade”. Ao serem questionadas, na segunda questão, sobre a influência dos espaços físicos e pedagógicos de creches e pré-escolas, na qualidade dos processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança, todas as professoras ressaltaram que o espaço físico, próprio para a criança, enriquece o seu potencial cognitivo, bem como outros aspectos do desenvolvimento

Na escola, vejo que o espaço físico contribui bastante. Antes da reforma a instituição não tinha capacidade para atender essa faixa-etária, hoje depois da reforma podemos utilizar os espaços de forma significativa realizando momentos prazerosos dentro da nossa rotina (E1/P1).

Sim porque espaços devem ser limpos e bem estruturados (E1/P2).

Sim, porque é através das experiências que elas desenvolvem as habilidades necessárias para o desenvolvimento socioemocional e cognitivo (E2/P3).

Sim, tendo um espaço físico rico em recursos naturais podemos aproveitá-lo ao máximo nos aspectos de desenvolvimento da criança de forma ativa e passiva (E2/P4).

Observamos que as professoras afirmam que o espaço físico próprio para criança em creche e pré-escola favorece o desempenho da mesma e defendem que o ambiente para Educação Infantil deve ser composto de vários recursos que auxiliem o desempenho infantil. Isso nos leva a inferir que as docentes compreendem que o espaço, próprio para a criança da Educação Infantil, pode oferecer oportunidades que as possibilitem o desenvolvimento da criança.

Mesmo em ambientes amplos, a criança de até cinco anos de idade tem especificidades que devem ser respeitadas, até mesmo em relação à oferta de espaços adequados e específicos, diferente da criança que já frequenta o Ensino Fundamental, a qual se adapta com mais facilidade ao modelo escolar e sua estrutura física. No nosso entendimento, as professoras precisam compreender que, para ocorrer o desenvolvimento infantil em ambiente institucional, é preciso o espaço escolar adquirir um conjunto de elementos capazes de consolidar a relação de aproximação dos indivíduos no processo de ensino-aprendizagem. Segundo Oliveira (2011, p.196):

Para alguns professores, a qualidade do ambiente na creche e pré-escola diz respeito apenas a suas características psicofísicas e/ou higiênicas: arejamento, iluminação, conforto, número de crianças por metro quadrado, relação existente entre mobiliário e equipamentos. No entanto, todo contexto ambiental é um sistema de inter-relações dos vários componentes físicos e humanos que dele participam.

Na terceira questão, considerando a especificidade da Educação Infantil sobre a necessidade de espaços físicos apropriados, apenas para o atendimento as crianças de até cinco anos de idade, as professoras responderam:

O espaço físico da creche e pré-escola deve ser apropriado para essas crianças onde deve haver mobiliários adequados como brinquedos, parque, caixa de areia entre outros, toda uma estrutura que propicie o desenvolvimento desse alunado (E1/P1).

Sim. Precisamos de uma boa estrutura física e adequada para a faixa etária (E1/P2).

Na minha opinião a Educação Infantil pode ocorrer num ambiente misto, desde que esse respeite as condições necessárias para que as habilidades das crianças sejam desenvolvidas e aperfeiçoadas (E2/P3).

Não. Na minha opinião todas as escolas deveriam ter um espaço coletivo onde as turmas da educação infantil e fundamental 1 e 2 pudessem vivenciar o que aprendem em sala de aula (E2/P4).

Observamos, através das respostas das professoras, que apesar de viverem as mesmas experiências, discordam de opiniões. As duas primeiras educadoras são a favor de ambientes próprios para a pré-escola, no entanto, as duas últimas são favoráveis há espaços coletivos para o Ensino Fundamental e Educação Infantil. Percebemos que o maior desafio de instituições que oferecem Educação Infantil e Ensino Fundamental é alcançar a arquitetura adequada para atender a essas duas etapas da Educação Básica, dentro do mesmo espaço, para organizá-lo com a finalidade de atender às necessidades da criança. Os espaços precisam ser educadores e oferecer desafios. Não basta a ampliação dos espaços, mas a qualidade destes espaços, principalmente no desempenho de suas práticas pedagógicas, afirma Moura (2009, p.142), “a organização do espaço é uma das dimensões fundamentais para o desenvolvimento integral da criança”.

Na quarta questão, sobre a avaliação das professoras acerca do crescimento da oferta da pré-escola em instituições de Ensino Fundamental, obtivemos as seguintes respostas

No meu ponto de vista toda a Educação Infantil deveria ser separada do Fundamental, pois as crianças pequenas necessitam de uma atenção maior, já as crianças do fundamental precisam desenvolver outras habilidades de acordo com a faixa etária (E1/P1).

A cada dia melhora mais (E1/P2).

O ambiente oferecido deve ter as características necessárias para Ed. Infantil, portanto se as instituições oferecem não vejo problemas (E2/P3).

De forma positiva, devido algumas localidades não têm condições de ter uma creche, e as escolas regulares abrindo suas portas para a Educação Infantil, já é, um grande avanço na educação (E2/P4).

Sobre as respostas das professoras, é preciso as mesmas identificarem a criança como sujeito de direito a estar matriculada em instituição apropriada à sua faixa etária, bem como atender a sua necessidade de desenvolvimento e aprendizagem. E ainda, cabe ao Poder Público garantir essa matrícula para as crianças de até cinco anos de idade possam vivenciar experiências em espaços que garantam segurança e liberdade.

Deve-se pensar na criança enquanto sujeito de direito, apto a desenvolver novas habilidades em ambientes apropriados, favoráveis à oportunidade de vivenciar novas experiências. A Constituição Federal (BRASIL, 1988, p.124) prevê no seu artigo 208, inciso IV, que “educação infantil, deve ser oferecida em creche e pré-escola para crianças de até cinco anos de idade”; como também o Estatuto da Criança e Adolescente (BRASIL, 1990, p.24) garante no artigo 54, inciso IV: “atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”; e, ainda, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Educação Infantil deve ser oferecida em pré-escolas para as crianças de quatro e cinco anos de idade (BRASIL, 1996).

Desta forma, é direito da criança de até cinco anos de idade, matricular-se em espaço específico para sua faixa etária, em um ambiente que a possibilite ter educação de qualidade, como também seja possível desenvolver habilidades, tanto na esfera cognitiva, como social e afetiva. Percebe-se que, na visão das entrevistadas, o importante é o atendimento a criança e que estes ambientes apresentem características necessárias para a Educação Infantil.

Ao afirmar que não existe problema no atendimento à pré-escola, nesses ambientes coletivos, de atendimento ao Ensino Fundamental, entendemos que há professores que não compreendem a verdadeira finalidade dos espaços físicos para a aprendizagem da criança. Mesmo que a instituição escolar tenha o espaço para atender a Educação Infantil, o atendimento pode não suprir às necessidades da criança, no cotidiano escolar, visto que ela necessita ser respeitada em sua especificidade e desenvolver habilidades necessárias às conquistas de suas aprendizagens.

Portanto, se deve compreender a dimensão do processo educativo, que se dá não só no espaço interno, como também no externo; ter a visão crítica da organização espacial, na qual estão inseridas crianças pequenas, e compreender a relevância de ambientes de caráter convidativos e acolhedor que propiciem o desenvolvimento intelectual, social, cultural, motor, psicológico, afetivo e pessoal dessas crianças.

É preciso a criança ter acesso a espaços amplos, capazes de possibilitar a mesma desenvolver sua capacidade. Para Zabalza (1998, p.195), “enquanto se diverte, brinca, interage com pessoas e materiais, a criança realiza experiências que lhe permitam construir um conhecimento do mundo que a cerca”.

Ao serem indagadas, na quinta questão, sobre a existência de dificuldades que impedem o bom andamento da prática pedagógica e a melhoria dos processos de desenvolvimento e aprendizagem das crianças, duas educadoras responderam não existir dificuldades, uma não respondeu à pergunta, e a outra apresentou uma grande dificuldade:

O que mais dificulta o andamento da minha prática é não haver um recreador na hora do intervalo das crianças do fundamental, elas são bastante barulhentas, com isso fica difícil dar andamentos a aula (E1/P1).

De acordo com a resposta da professora, é notável que as dificuldades estejam presentes na prática pedagógica e no desenvolvimento infantil, porém a mesma delimitou apenas a essa situação da inexistência de um recreador para brincar com as crianças na hora do intervalo, conforme resposta de P1 (“...é não haver um recreador na hora do intervalo das crianças do fundamental...”). Mesmo considerando relevante o papel do recreador escolar, entendemos ser função do professor de Educação Infantil, não apenas brincar com as crianças, mas planejar situações que favoreçam o brincar espontâneo destas. Assim sendo, entendemos não se fazer necessária a atuação deste profissional na Educação Infantil.

Vale ressaltar que a resposta da professora (P1) evidencia a importância dos espaços de recreação para as crianças da Educação Infantil e que os mesmos apresentem segurança. Segundo os Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006, p.26), “a valorização dos espaços de recreação e vivência vai incrementar a interação das crianças, a partir do desenvolvimento de jogos, brincadeiras e atividades coletivas, além de propiciar uma leitura do mundo com base no conhecimento do meio ambiente imediato”.

Sobre a sexta e última questão, as docentes apresentaram sugestões para a superação de possíveis dificuldades. Do ponto de vista das professoras, a educação precisa ser analisada, e se faz necessário colocar em prática o que dizem os documentos que oficializam a educação pré-escolar.

Seria a contratação de pessoas qualificadas para a hora da recreação (E1/P1).

Em observações diárias, para que possamos desenvolver estratégias perante as necessidades (E1/P2).

As dificuldades na Educação são inúmeras e as recuperações devem ser constantes, estão intrínsecas na práxis (E2/P3).

Minha sugestão é que os governantes direcionem um olhar e ações diretamente para a educação infantil tirando do papel tudo que é lindo e positivo trazendo para cada realidade brasileira, paraibana e queimadense (E2/P4).

Percebe-se diante das sugestões apontadas por todas as educadoras que o espaço físico da pré-escola apresenta dificuldades, mas que essas devem ser superadas, como também o ambiente precisa ser auxiliador para a prática educativa de qualidade direcionada a este nível da Educação Infantil e cabe ao Poder Público fornecer instituições com estrutura adequada para o desenvolvimento infantil. É primordial a educação direcionada para as crianças pequenas ser alvo de transformação, e os ambientes escolares para a Educação Infantil adaptarem-se às normas legais, as quais devem sair do papel para atender às necessidades da criança. Ademais, é fundamental esclarecer que melhorar a qualidade das instituições é uma realidade presente nas diversas esferas da educação, conforme afirma Campos (2006, p.5):

[...] A despeito dos esforços promovidos pelo MEC e pelo Conselho Nacional de Educação em orientar o trabalho das redes e instituições no que diz respeito às instalações, materiais, pessoal, cuidados com a saúde, proporção adulto/criança de acordo com os grupos de idade, currículo e gestão das unidades, a fiscalização e supervisão das creches e pré-escolas é falha e situações de risco para as crianças permanecem em muitos casos, nos diversos tipos de atendimento: público, convencionado e particular.

Diante do exposto, e das sugestões do corpo docente, pode-se inferir que as instituições que atendem a Educação Infantil apresentam dificuldades com relação a seus espaços físicos. Assim, cabe destacar que é falha do Poder Público favorecer o surgimento de instituições que não atendem às necessidades da criança que frequenta a Educação Infantil, seja na creche ou na pré-escola. Parece não haver uma compreensão da importância de espaços apropriados para as crianças se desenvolverem.

Considerando as várias realidades nas quais vivem as crianças do nosso país, é importante a avaliação da estrutura escolar, dos profissionais e de materiais disponíveis para a educação dessas crianças. Como já foi dito, a criança tem o direito, garantido por Lei, a uma educação de qualidade, o direito de vivenciar experiências, desfrutar da sua infância no ambiente próprio para elas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O planejamento e a organização do ambiente escolar para a pré-escola são primordiais para o desenvolvimento e aprendizagem da criança. Este espaço deve favorecer o seu direito de viver a infância, respeitando-se sua condição de criança, independente se esse nível da Educação Infantil é ofertado em instituição que também oferece Ensino Fundamental. Cabe salientar que os espaços físicos devem contribuir para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças da pré-escola, para que elas possam usufruir de forma satisfatória cada espaço, equipamento e materiais pedagógicos que as façam desenvolver novas habilidades.

Constata-se, diante das respostas apresentadas pelo corpo docente participante da pesquisa, que as mesmas precisam ter visão crítica da realidade a qual está sendo posta as crianças de idade até cinco anos, bem como os espaços disponibilizados a elas. Repensar sobre a criança enquanto sujeito de direitos, de autonomia, um ser capaz de superar seus limites. No momento atual tem-se visto uma crescente oferta de educação para criança da Educação Infantil nas instituições com Ensino Fundamental, portanto, é visível crianças da pré-escola permanecendo por um longo período limitado apenas ao espaço da sala de aula, carentes de ambientes apropriados para seu desenvolvimento.

De acordo com os argumentos utilizados pelas professoras, pode-se inferir que as mesmas carecem compreender a criança no seu processo de ensino-aprendizagem. As crianças necessitam de um campo educacional próprio para elas, um lugar que as possibilitem ter autonomia, aprimorar suas habilidades cognitivas, linguística, afetiva, emocionais e sociais; ter oportunidades de brincar, criar e recriar brincadeiras; ter garantia de uma educação de qualidade.

Os responsáveis pela Educação Infantil devem assumir o compromisso de planejar e organizar as condições necessárias para o espaço educacional promover às crianças experiências capazes de colaborar para novos conhecimentos. Portanto, é preciso pensar na criança da pré-escola como sujeito que vivencia experiência e direcionar práticas pedagógicas realmente favoráveis ao desenvolvimento da mesma, para mais se entende que algumas ações precisam ser repensadas, compreender a criança não como base ou futuro, mas sim como o presente, tratá-la com respeito e dignidade.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** Elaboração de trabalhos na Graduação. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. **Constituição 1988.** Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenações de Edições Técnicas, 2016.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).** Lei nº 8069.CEDCAL-AL. Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Alagoas, 2010. 20 Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <<http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/ECA%20ATUALIZADO.pdf/view>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) – Lei nº 9.394/1996.** – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei 4.024,** de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da Educação Nacional. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei 5.692,** de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 06 abril. 2019

BRASIL. Ministério da Educação e do Deporto. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular.** Terceira Versão. MEC/ CONSED/ UMDIME, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/ SEB, 2010.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil.** v. 1 e 2. Brasília: MEC, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil.** Brasília: MEC/ SEB, 2006.

CAMPOS, Maria Malta. Educação Infantil. **Reescrevendo a educação:** proposta para um Brasil melhor. s. l., 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil:** A arte do disfarce. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MATHIAS, Elaine Cristina Bio; PAULA, Sandra Nazareth de. A Educação Infantil no Brasil: Avanços, desafios e Políticas Públicas. **Revista Interfaces:** ensino, pesquisa e extensão. 2009.



MOURA, Margarida Custódio. Organização do espaço no contexto da Educação Infantil de qualidade. **Revista travessias**, Brasília, 2009.

NEVES, José Luiz. Pesquisa qualitativa- características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisa em Administração**, São Paulo, v.1, n. 3, 2º sem. 1996.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTANA, Djanira Ribeiro. Legislação e políticas para a educação no Brasil: O lugar da Educação Infantil neste contexto. **Enciclopédia Biosfera**, Centro Científico Conhecer – Goiânia, v.7, n. 12, 2011.

ZABALZA, Miguel A. **Qualidade em Educação Infantil**. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZAMBERLAN, Maria Aparecida Trevisan; BASANI, Simone I. Stroka; ARALDI, Marizete. Organização do espaço e qualidade de vida: Pesquisa sobre configuração espacial em uma instituição de Educação Infantil. **Educere ET Educare, Revista de Educação**, v. 2, n. 4, jul./dez., 2007, p. 245-260.

## APÊNDICE

Universidade Estadual da Paraíba  
Centro de Educação  
Departamento de educação

Cara professora,

Com o objetivo principal de analisar o espaço oferecido para a Educação Infantil, mais especificamente para a pré-escola, em instituições que atendem ao Ensino Fundamental, no sentido de observar as condições deste espaço para o desenvolvimento integral e as condições de aprendizagem da criança, solicitamos sua colaboração, respondendo às questões que seguem.

### I – IDENTIFICAÇÃO

Nome: \_\_\_\_\_ (opcional):

Formação: \_\_\_\_\_

Pós-graduação: \_\_\_\_\_

Tempo de atuação na pré-escola: \_\_\_\_\_

### II – QUESTÕES

1. Qual o principal objetivo da Educação Infantil?
2. Conforme sua experiência docente, é possível afirmar que os espaços físicos e as experiências pedagógicas em creches e em pré-escolas influenciam a qualidade dos processos de desenvolvimento e de aprendizagem da criança? Por quê?
3. Considerando a especificidade da Educação Infantil, faz-se necessário, na sua opinião, espaços físicos apropriados apenas para o atendimento à crianças de até 05 anos de idade? Justifique.
4. Em se tratando da pré-escola, que atende crianças de 04 a 05 anos de idade, tem se observado a crescente oferta deste nível da Educação Infantil em instituições que oferecem o Ensino Fundamental. Como você avalia esta realidade?
5. Considerando os fins da Educação Infantil, a criança e suas necessidades, e sua experiência como professora da pré-escola em instituição de Ensino Fundamental, há dificuldades que impedem o bom andamento de sua prática pedagógica e a melhoria dos processos de desenvolvimento e aprendizagem das crianças? Se sim, cite as principais.
6. Que sugestões você apresenta para superação das dificuldades mencionadas?

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, Fonte de toda sabedoria, que me concedeu o dom da vida e por proporcionar-me essa conquista através da perseverança de estudar.

Ao meu avô João Tavares Sobrinho (*in memoriam*), com suas palavras sábias, aconselhou-me a sempre lutar por meus ideais.

Aos meus pais, que sempre priorizaram a educação das filhas, fazendo o possível para garantir nossos estudos.

As minhas irmãs, que me ajudaram e torceram pela minha conquista, oferecendo apoio nos bons e maus momentos.

Ao meu esposo, que esteve presente nos momentos da vida acadêmica, colaborando com meus estudos.

A minha família, tios, primos e avós, que com confiança, fé e esperança estimularam-me a continuar estudando.

De maneira especial ao meu filho Brivaldo Gabriel Tavares Celestino, que é um presente de Deus e o motivo maior da minha conquista.

À professora Glória Maria Leitão de Souza Melo, pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação, pela dedicação e respeito.

Aos meus amigos e companheiros de turma, que me ajudaram durante o curso e me deram ânimo para continuar meus estudos.

A todos eles, meus eternos agradecimentos.